

Resenha

Jornalismo público: informação, cidadania e televisão
(ROTHBERG, Danilo. São Paulo: Editora Unesp, 2011)

Júnior PINHEIRO¹

Na última década, o tema da comunicação pública ganha projeção no cenário político brasileiro e retorna aos debates sociais e acadêmicos, em parte pela retomada do assunto pelos programas universitários e noutro tanto pelo desenvolvimento de um projeto de implantação de um sistema público de comunicação. A obra *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*, de Danilo Rothberg, lança um olhar sobre o modelo britânico de radiodifusão, a BBC ó a mais destacada experiência do gênero, com mais de oito décadas de atuação ó a fim de compreender o papel do Estado na regulamentação da comunicação e financiamento da produção de conteúdo de qualidade ó assegurando o direito à informação como um bem de interesse coletivo.

Professor pós-doutor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Rothberg se vale dos resultados da sua pesquisa de doutoramento, na Open University - Inglaterra a fim de oferecer uma contribuição teórica e prática fundamental para compreensão do que é jornalismo público e qual o seu papel diante das demais práticas jornalísticas, muitas das quais regidas pelas iniciativas de livre mercado, e por isso mesmo, incapazes de assegurar aos cidadãos o direito à informação, pressuposto vital para a manutenção da democracia.

Duas preocupações principais permeiam o texto de Rothberg, inquietações que levam o autor a sugerir soluções históricas e concretas para as dificuldades na preservação da função social da atividade jornalística. Em primeiro lugar, o autor analisa as falhas dos mercados de comunicação, mesmo em contextos atuais de tecnologia digital, e os novos desafios que estão postos à radiodifusão. Em meio a este

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC/UFPB). Pesquisador membro do INTERCOM ó Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; da Rede Folkcom ó Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação e da Alaic ó Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação. E-mail: juniorpinheiro@ymail.com

estudo, a crítica do modelo britânico é o principal mote do trabalho e não cede algum espaço para análises comparativas com a realidade brasileira.

Já num segundo momento, o professor põe de lado a atuação do Estado e foca sua pesquisa no papel dos próprios meios de comunicação, em conexão com seus públicos. Para tanto, se apoia no movimento de jornalismo público e cívico, que teve suas origens nos anos 1990, nos Estados Unidos.

Já na introdução do livro, Rothberg lista quatro obstáculos à livre circulação de ideias, em um sistema de comunicação de massa que careça de regulação adequada. Ele denomina estas barreiras de aspectos deformadores, os quais seriam:

- 1 é Interferência do poder econômico, com precários mecanismos de responsabilização diante do público e materializada na concentração da propriedade dos meios;
- 2 é Influência do poder político, na forma do acesso privilegiado que os detentores dos veículos possuem aos centros de decisão;
- 3 é Influência cultural, na forma da massificação dos valores hegemônicos, como verdades universais, nos conteúdos produzidos;
- 4 é Influência dos próprios profissionais da área, enquanto categoria, cujo saber técnico é convenientemente revestido por uma imagem de autoridade que dissimula a existência de restrições ao exercício do direito à informação.

No primeiro capítulo, "Interesse público, mercado e comunicação", o autor traz à tona uma discussão pertinente acerca do papel do Estado na regulamentação da mídia, a fim de garantir o atendimento a uma demanda por uma programação de qualidade, que contemple a diversidade e que tenha uma noção de público que vá além da soma de indivíduos enquanto consumidores. Mesmo reconhecendo a importância da lógica da produção industrial para a comunicação, Rothberg discute as falhas de mercado e conceitos de pluralismo e direito à informação, que considera fundamental para o bom exercício dos direitos civis, políticos e sociais que compõem a ideia de cidadania.

Diferenciando *interesse público* de *interesse do público*, o autor conduz à reflexão sobre oferta de mídia, levantando debate sobre o que um indivíduo quer ter disponível na TV, o que ele gostaria de assistir e o que precisa ser ofertado à sociedade, por ser importante para seu refinamento de ideias e formação plural do pensamento coletivo. A regulação, neste caso, garantiria o equilíbrio. Este controle, aqui defendido, não deve ser confundido então com censura, o que, segundo o autor, muitos

profissionais costumam fazer em nome de uma defesa apaixonada, e às vezes equivocada, dos princípios da liberdade de expressão.

A fim de avançar na discussão e descrever alguns aspectos de um sistema público de televisão, Rothberg inicia o segundo capítulo ó òO desenho do serviço público de radiodifusão britânico na era digitalö ó fazendo um estudo a respeito das principais características do modelo de organização e regulamentação televisual do Reino Unido.

Criada em 1922, por iniciativa privada, a rádio BBC passou a ser controlada pelo governo britânico, em 1927, dando origem ao sistema midiático público que deteria a monopólio da comunicação eletrônica do país até 1955, ano de criação da Independent Television ó ITV. Hoje, o espectro televisivo do Reino Unido, denominado Public Service Broadcasting (PSB), está dividido entre cinco emissoras: os canais públicos BBC1 e BBC2, e três canais que possuem licença para exploração comercial ó a ITV, com sua extensa rede de emissoras afiliadas regionais e os Channel 4 e Channel 5, criados no decorrer das últimas duas décadas.

Embora possuam licença para exploração comercial, todos os canais estão sob regras cujo objetivo é o de atender aos princípios do interesse coletivo, como qualidade, equilíbrio e regionalização. A adequação a estas normas são fiscalizadas pelo Ofcom (Office of Communications), órgão regulador do setor de comunicações, criado em 2003, cujas funções são definidas por lei. O Ofcom veio substituir uma pesada e complicada estrutura de regulamentação que estava diretamente nas mãos do Parlamento.

Os canais participantes do PSB produzem conteúdos que, sendo de interesse nacional, podem integrar a grade da BBC. A fim de assegurar espaço para a variedade, diversidade e pluralidade na programação ó consideradas pelo PSB como fontes de inovação e criatividade ó são asseguradas cotas, em todos os canais, para a produção advinda de produtores independentes, sendo o mínimo de 25% de todo material veiculado.

Diferentemente do Brasil, onde as emissoras públicas sempre atuaram com defasagem tecnológica, percebe-se que a BBC esteve sempre à frente nos avanços e experimentações técnicas, inclusive no tocante à televisão digital e interatividade, já regulamentadas pelo Ofcom e em fase avançada de implantação. As diferenças, contudo, não param por aí. Segundo Rothberg, entre as dez seções do código de

regulamentação do Ofcom, a última define normas a respeito da exibição comercial, com a proibição de exposição de produtos e marcas dentro de programas. A medida visa oferecer transparência ao público, por acreditar que o *merchandising* ó como é chamada a prática no Brasil ó é uma forma sorrateira, capaz de iludir e enganar o telespectador.

No tocante à audiência, diferentemente da realidade brasileira, os canais BBC1 e BBC2 conquistam, juntos, mais de um quarto do *share*. Segundo o autor, o quadro legal em que atuam os canais do PSB britânico faz com que a competição entre eles não provoque o nivelamento por baixo do conteúdo. Sem poder fazer uso de materiais apelativos, é preciso um esforço maior de criatividade, para sustentar o interesse do público. Reconhecida pelo seu padrão de qualidade, a BBC produz séries, filmes para TV, infantis, documentários e um jornalismo diferenciado, sobre o qual o autor se debruça no capítulo seguinte.

A terceira parte do livro chama-se *Journalismo e pluralidade*. Nesta, Rothberg comenta a respeito do que seria uma missão, um dos objetivos principais da BBC: sustentar a cidadania e a sociedade civil, por meio do provimento de notícias e informações confiáveis, que ajudem os cidadãos a entender o mundo e se engajar nele. Para realizar tal intento, a emissora estimula um jornalismo que valorize a pluralidade. A fim de entender o que seria pluralidade no jornalismo, o autor recorre ao conceito de *framing*, que explica como um enquadramento aumenta ou diminui a importância de certas ideias e temas. Assim, a diversidade jornalística seria possível pelas diferentes abordagens, perspectivas, marcos interpretativos, seleções e ênfases na apuração de fatos e produção noticiosa.

Danilo deixa claro que não está inclusa, em seus estudos, a crença de que a mídia determina o pensamento dos indivíduos, pois estes dispõem, em seu cotidiano, de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica de conteúdos midiáticos, de acordo com suas inclinações, vivências e contextos culturais. Consciente de seu papel informativo e formativo, o canal público britânico se pauta na busca constante pela ética, objetividade e equilíbrio, critérios para uma produção plural.

O capítulo quatro, *Diversidade e equilíbrio na prática*, traz questões centrais a prática jornalística, dos pontos de vista de quem produz e de quem paga a conta, e as possíveis falhas concernentes à atividade. Como ser imparcial e profundo numa cobertura, com limitações e deadlines? O autor utiliza o termo *engenharia jornalística*, que seria um

conjunto de técnicas e procedimentos que servem para operar a separação entre as perspectivas a serem expressas e aquelas a serem relegadas em determinada matéria, e para calcular como devem ser expressas e relacionadas entre si, orientando a produção concreta de uma reportagem. (p.117)

Embora útil para melhor entendimento da produção de notícias, este conceito seria limitado, pois, como falar de engenharia na Comunicação é uma ciência social aplicada, que carece de matemática? Assim como no capítulo anterior, Rothberg se refere aos possíveis pontos de vista, como forma de se produzir notícias mais equilibradas. O autor propõe uma análise de conteúdo, como forma de aprofundar a compreensão acerca do seu ponto de vista. Para tanto, utiliza duas faixas de programação, de conteúdo noticioso, que, segundo ele, constituem uma engenharia jornalística efetiva, mas que produzem conteúdo equilibrado e plural: o noticiário, exibido de domingo a sexta, na BBC1, News Ten O'Clock e o Newsnight, que vai ao ar, de segunda a sexta, na BBC2.

No quinto e último capítulo, o Jornalismo público ou cívico, o autor resgata a origem do termo e sua conceituação. Embora falar de jornalismo público seja uma aparente redundância, uma vez que toda comunicação se destina ao público, o termo foi cunhado nos Estados Unidos, nos anos 1990, para indicar uma produção noticiosa, com qualidade editorial e em resposta aos desafios enfrentados na sociedade contemporânea.

O movimento de jornalismo cívico contou, somente em seu início, nos EUA, com a adesão de mais de seiscentos meios, e grande número de profissionais. A ideia era questionar as práticas noticiosas tradicionais e a relação do jornalismo com a política e o poder econômico, além de buscar aproximação maior com as comunidades, humanizando a produção de conteúdo e ouvindo mais seus leitores / ouvintes / telespectadores e as questões e problemas vivenciados por estes em seu cotidiano.

Justifica-se o uso do termo jornalismo público, pelo fato de, infelizmente, nem sempre o jornalismo estar ligado ao interesse da diversidade e pluralidade sociocultural, política e econômica. Muitas vezes, o discurso noticioso está a serviço do poder e do capital, ignorando as minorias étnicas e comunidades em situações de risco.

Claro que parece, em muitos casos, utópico imaginar ser possível o equilíbrio entre interesses individuais, ou de grupos (uma vez que os meios são empresas e precisam de viabilidade financeira, bem como remunerar seus profissionais) e interesses

do bem-estar coletivo. Contudo, em contextos democráticos, o exemplo da BBC demonstra ser possível, com apoio do Estado (como forma de evitar pressões advindas da lógica de mercado) construir um jornalismo que contribua para dar aos cidadãos uma visão mais ampla das diversas perspectivas acerca de uma temática, sem recorrer à fragmentação, superficialidade e sensacionalismo.

Em tempos de fortalecimento, mesmo tardio, do desenvolvimento de um projeto sério de televisão pública, bem como da renovação do debate acerca do que seria um conteúdo de qualidade que valorizasse as minorias, a pluralidade e a diversidade, estudos como o de Rothberg são imprescindíveis, pois fazem o elo entre o pensamento acadêmico crítico e a prática dos processos de produção ó ainda uma lacuna neste segmento de estudos comunicacionais, uma vez que muitos estudos contemporâneos estão voltados somente à recepção e a mediação.

Se o modelo exemplar britânico parece distante da realidade brasileira, por conta das diferenças culturais, sociais e econômicas, contextos mais próximos como o dos EUA, que possui uma forte indústria midiática, ou de países vizinhos da América Latina, com dificuldades semelhantes, mostram que, com a intervenção do Estado, é possível levar à frente a ideia do jornalismo público, ou, no menor dos casos, provocar a discussão na sociedade, com níveis elevados de informação. Quem sabe, as duas coisas.